

# MILITAR OU POLICIAL?

**Vinícius Domingues Cavalcante, CPP**, o autor, é consultor em segurança internacionalmente certificado, especialista em segurança pessoal de dignitários e instrutor nos cursos de armas, munições e explosivos da SSP-RJ e da SENASP.  
[vdcsecurity@hotmail.com](mailto:vdcsecurity@hotmail.com)

Em nosso país, gerações de profissionais de segurança pública viveram na crença de que sua atividade, embora árdua e perigosa, jamais lhe exporia aos severos riscos de um combate militar. Durante muitos anos, “bandidos eram bandidos” e os policiais, os “mocinhos”, sabiam que eram temidos por seus adversários, inclusive por sua ampla superioridade de meios. Infelizmente, a época em que o criminoso bem armado tinha uma INA ou uma Colt .45ACP hoje só faz parte dos livros de história. Também é verdade que todo um conjunto de fatores – inclusive acumpliciamento e a corrupção no seio do aparato policial – concorreu para tornar os criminosos de hoje mais ousados, violentos e muitíssimo bem armados. O fato é que se ontem eles temiam os policiais, hoje eles se vêem como iguais, sócios eventuais ou mesmo superiores aos agentes da autoridade pública. Os “vermes” ou “porcos”, como os bandidos costumam chamar os policiais por aqui, não mais inspiram respeito, são violentamente enfrentados, chegando mesmo a serem caçados na via pública, a tiros de fuzil. Em algumas quadrilhas, matar policiais faz parte de um rito de passagem, pelo qual os criminosos demonstram sua coragem e confiabilidade.

A constatação de que os tempos mudaram já deveria nos ter remetido à necessidade de grandes mudanças na maneira de pensar a segurança pública de nossos grandes centros, sobretudo no que tange à formação, ao treinamento e ao equipamento de nossas forças policiais. Como a condução da segurança pública sempre padeceu nas mãos dos políticos, hoje sofremos com o enfrentamento de grupos criminosos que se encastelaram em nas comunidades carentes e que nelas fazem imperar suas leis, como se tivessem estudado perfeitamente os manuais de guerra revolucionária de Ghivas e Carlos Marighella.

Como negar a esses criminosos a primazia em seus santuários (ou suas “áreas liberadas”) sem ocasionar transtornos às populações, balas perdidas ou baixas dentre

inocentes? Durante muito tempo se vendeu à população a idéia de que se poderia conseguir a pacificação social do crime sem combate. Hoje colhemos os frutos amargos desse estelionato intelectual, tornado ainda pior pelas autoridades que malversionam verbas, que não aplicam recursos em programas de saúde, educação pública de qualidade, saneamento básico, habitação e emprego. O segredo para sobrepujar a criminalidade é fazer com que a prevenção e o combate – desenvolvidos pelas forças policiais – caminhem lado à lado com medidas cidadãs de saneamento da pobreza e inclusão social.

Infelizmente para nós é que muitas dessas necessárias políticas públicas vem sendo desenvolvidas pelos mesmos legisladores e gestores que recebem os mensalões, que levam o dinheiro do caixa escuso nas malas e nas cuecas, que têm amigos “aloprados”, que fazem os acordos espúrios com as ONGs picaretas a fim de prestar serviços cuja existência somente eles atestam, que lucraram e num dado momento apoiaram a mesmas milícias que hoje tentam combater, que transformaram os parlamentos em verdadeiros cabides de apaniguados, que – independentemente de partidos – possuem e ostentam bens completamente incompatíveis com sua renda declarada, que possuem castelos, que viajam e deixam viajar às custas do erário (e dos otários dos contribuintes).

Enquanto algumas das vertentes da política de segurança pública emperram, são os policiais – escolhidos no seio de um tecido social problemático, mal treinados, mal equipados e mal pagos – que executam a ingrata tarefa de combater uma criminalidade que se permitiu chegar ao ponto que sentimos nas ruas, vemos na TV e nos jornais. Essa criminalidade cada vez mais se vale da experiência de ex-militares e ex-policiais, assim como também compra a consultoria de inúmeros maus profissionais que se escondem nas fileiras das instituições públicas. Além de nossos maus militares e maus policiais, abundam provas do intercâmbio entre elementos do crime com grupos narco-terroristas latino-americanos, os quais possuem muita experiência na organização de insurgência, no planejamento e na execução de ações criminosas, assim como no emprego das mais diversas armas letais. Hoje os organismos de inteligência acumulam informações acerca das ligações das FARC com o nosso tráfico de drogas, assim como do treinamento proporcionado pelos grupos estrangeiros a criminosos brasileiros e a integrantes de movimentos sociais que apenas teoricamente seriam desvinculados com o crime e o terrorismo, como o MST.

Embora para nossa sorte o treinamento dos criminosos ainda não seja tão bom quanto poderia sê-lo, atualmente, cada vez mais o enfrentamento dos grupos criminosos assume feições de um combate militar. Falta de fontes não há: desde livros e revistas, à internet e os sítios de filmes como o Youtube. Não se pode restringir o acesso, porém só preocupa que um texto potencialmente perigoso como o do Mini-Manual de Guerrilha Urbana, hoje traduzido em vários idiomas, esteja disponível na rede mundial de computadores, sobretudo no endereço de um dito “Movimento Social” do Brasil. No Rio de Janeiro, já se capturou exemplares de uma manual, feito por ex-soldados pára-quedistas, especialmente para seus companheiros no crime. O texto, embora pontilhado de erros de grafia grosseiros, era ricamente ilustrado (com desenhos dos autores) e calcados na

instrução militar que infelizmente lograram receber, ensinavam como os bandidos deveriam se conduzir em ações de típica guerrilha urbana.



***Não é difícil encontrar literatura disponível para o aperfeiçoamento dos criminosos***

Desde os anos 90, as ações do crime vem sendo conduzidas com fuzis (inicialmente os AR-15 e depois os AK-47, G-3 e FAL), submetralhadoras diversas (Uzi, israelense, FMK-3 argentinas, Ingram, americanas e uma grande quantidade de armas de fabricação clandestina), granadas de mão (de fabricação nacional, européias, argentinas e artesanais), metralhadoras médias, pesadas (nos calibres 7,62x51mm, 7,62x63mm e até no calibre .50”) e lançadores de foguetes anti-tanque. Esse poder em mão erradas é potencialmente ainda muito mais danoso do que imaginamos. Uma arma no calibre .50” pode penetrar a blindagem de quaisquer blindados policiais e vitimar seus ocupantes. Um lançador de foguetes como o M-72 ou o RPG-7, que graças ao Bom Deus ainda não teriam usados pelo crime aqui no Brasil, pode colocar fora de combate mesmo um carro de combate mais poderoso. A despeito de todos os esforços no sentido de identificar seus fornecedores, rastrear as rotas usadas e interceptar seus carregamentos, a presença de tais armas de guerra em nossos grandes centros é endêmica. Infelizmente elas não vão acabar enquanto houver pessoas que se permitam fazer das atividades criminosas – sobretudo do tráfico de drogas – um negócio tão rentável; e enquanto esse dia não chega, nossas polícias continuarão tendo que travar combates muito mais violentos do que seria de se esperar e devem estar equipadas especialmente para isso.







O dilema enfrentado hoje fica claro com a adoção dos veículos blindados. A polícia do Rio de Janeiro precisava desses carros, porém blindados que eventualmente serviriam a quaisquer outras polícias do mundo são inadequados para as missões que se desempenha aqui. Enquanto para quaisquer outras forças policiais a exposição a um grande volume de tiros seja algo episódico, aqui um veículo tem de estar capacitado para ser alvejado diversas vezes à cada surtida. O que lá fora é exceção, aqui infelizmente se tornou regra. Para fazer frente a tais exigências só mesmo empregando uma viatura blindada de projeto militar e dotando-a de toda a blindagem e refinamentos necessários.



*Diversos países democráticos empregam blindados militares em funções de segurança interna*



Com o volume de obstáculos que tem de remover nas vias públicas de acesso aos morros e comunidades tomadas pelo tráfico, às vezes sob fogo de fuzis, atualmente não seria exagero dotar uma polícia como a do Rio de Janeiro com uma viatura blindada de engenharia ou trator blindado. Aliás, o volume de explosivos empregado regularmente na demolição de tais obstáculos de rua excede em muito o empregado por algumas equipes de SWAT pelo mundo afora, na detonação de portas e abertura de brechas em muros e paredes.



Com ajuda de retroscavadeira, PMs retiraram barreiras instaladas pelos traficantes



Houve uma época que às polícias militares e civis não era facultado o uso de fuzis de assalto. Hoje não dá pra conceber o enfrentamento em certos cenários táticos, sem o emprego de fuzis, sobretudo os do calibre 7,62x51mm. Estou certo de que alguns exemplares de fuzis de precisão no calibre .50" (como o Barret) seriam extremamente úteis em unidades especiais como o BOPE para abater seus alvos de forma segura, a grandes distâncias. Talvez algum leitor ache exagero dotar polícias com tal calibre poderoso, porém sabemos, a criminalidade brasileira já vem empregando metralhadoras desse calibre há muito tempo e que recentemente uma quadrilha presa em Minas Gerais com uma poderosa metralhadora Browning, informou que já substituíra a volumosa arma automática por um fuzil, do mesmo calibre, porém bem mais compacto.



***Metralhadora Browning calibre .50 capturada em Minas Gerais no início de 2009***

Não me canso de dizer que, com a globalização, aquilo que hoje acontece lá fora, amanhã poderá estar os acometendo aqui no Brasil. Hoje, a ausência de capacidade de interferir em sinais de rádio e telefonia restringe o êxito de certas operações policiais e poderá ser muito danosa caso tenhamos de nos deparar com artefatos explosivos improvisados como os que atormentam a vida dos militares americanos no Iraque. Até onde sei, nossos esquadrões de bomba não possuem equipamentos de interferência capazes de anular artefatos acionados por radiocomando ou celulares. Seria essa uma capacidade a ser mantida exclusivamente na esfera militar?

Poder-se-á argumentar que dotando forças policiais de tais equipamentos estaríamos mais sujeitos a desvios de emprego ou uso não legal de tais recursos. Embora eu não vá ser ingênuo a ponto de negar a possibilidade de eventual utilização clandestina, é certo de que existem mecanismos legais para que se puna tais ações com rigor. E assim como a existência de Parlamentares corruptos não pode ser empregada como justificativa para o fechamento do Congresso, o fato de existirem policiais desonestos não pode se sobrepor aos benefícios que a adoção desses recursos trarão para as Polícias e para a sociedade que elas tem a função de proteger.

Estou certo de que devemos repensar nossos conceitos, pois as coisas no mundo real vem se transformando com notável velocidade e infelizmente para os profissionais de segurança, mudam para pior. Aqui no Brasil temos uma tradição de estratificar e restringir, com base em critérios que acabam sendo suplantados pela realidade, que não são

acompanhados pela letra da Lei, as quais levam uma eternidade para serem modificadas. Isso também nos acomete na segurança privada, onde a distância entre o que é facultado e realidade, na prática, chega a ser risível; é assim com as armas, equipamentos, recursos não letais e isso com certeza já dá um novo artigo...

O que é estritamente Militar ou Policial? Não basta de avaliar a questão sob um enfoque burocrático ou acadêmico, pois Leis e Regulamentos, assim como extensos e elaborados estudos (alguns dos quais produzidos por intelectuais que só conheceram certos cenários de atuação policial quando lá compareceram para comprar drogas) não devem preponderar ante as necessidades vivenciadas por aqueles que, no cenário tático, arriscadamente desempenham suas funções, sentindo projéteis adversários zunindo em seus ouvidos.

*CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS PAULINO SOARES DE SOUSA*

**Universidade Federal de Juiz de Fora**

